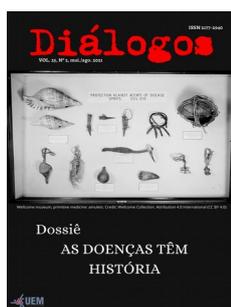


ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).



# Diálogos

ISSN 2177-2940



“Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i2.58987>

Juciello Ferreira Alexandre

 <https://orcid.org/0000-0002-4949-0456>

Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte - CE, Brasil. E-mail: [juciello.alexandre@ufca.edu.br](mailto:juciello.alexandre@ufca.edu.br)

Paulo Henrique Fontes Cadena

 <https://orcid.org/0000-0002-6178-3665>

Universidade Católica de Pernambuco, Recife - PE, Brasil. E-mail: [cadenapaulo@gmail.com](mailto:cadenapaulo@gmail.com)

“Everyday Incessant griefs come increase my sufferings”: disputes between an offended doctor and the president of Province of Pernambuco (1856).

**Abstract:** The article aims to present conflicts that have involved the doctor Joaquim de Aquino Fonseca and José Bento da Cunha Figueiredo, the president of Province of Pernambuco. In the middle of a serious cholera epidemic, in 1856, both authorities put themselves in an unfavorable position to the point of the Public Hygiene Commission even called for collective suspension. The article, based on a manuscript, with fifty-two pages, apparently not yet explored by historiography, which Aquino Fonseca – speaking to the Minister of Empire Affairs, Luiz Pedreira do Couto Ferraz – has struck twenty-four accusations to the chief of provincial executive, giving the impression that Figueiredo acted against the imperial sanitary arrangements, attempting against healthy conditions, medical authority and favouring charlatans actions during epidemics crisis. Through the article, it is possible realizing recurrent tensions of hygienist project 19th century.

**Key words:** Cholera morbus; Imperial Pernambuco; hygienist medicine; charlatanism.

“Un asco incesante venía todos los días para aumentar mis sufrimientos”: las disputas entre un médico ofendido y el presidente de la provincia de Pernambuco (1856).

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo presentar los conflictos que involucraron al doctor Joaquim de Aquino Fonseca y José Bento da Cunha Figueiredo, presidente de la provincia de Pernambuco. En una grave epidemia de cólera en 1856, las autoridades objetaron que la Comisión de Higiene Pública pidiera renuncia colectiva. El artículo se basa en un manuscrito de cincuenta y dos páginas, aparentemente aún no explorado por la historiografía, en el que Aquino Fonseca, hablando con el ministro de Negocios del Imperio, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, hizo veinticuatro acusaciones al jefe de el ejecutivo provincial, dando a entender que Figueiredo actuó contra las órdenes sanitarias imperiales, socavando la salud pública, la autoridad de los médicos y favoreciendo la acción de los charlatanes durante la crisis epidémica. A través del artículo, es posible percibir las tensiones derivadas de los proyectos higienistas en lo siglo XIX.

**Palabras clave:** Cólera morbo; Pernambuco Imperial; medicina higienista; curanderismo.

“Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).

**Resumo:** O artigo tem por objetivo apresentar os conflitos que envolveram o médico Joaquim de Aquino Fonseca e José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da Província de Pernambuco. Em meio a uma grave epidemia de cólera, em 1856, as duas autoridades se indispuseram ao ponto da Comissão de Higiene Pública pedir afastamento coletivo. O artigo tem por base um manuscrito, de cinquenta e duas páginas, aparentemente ainda não explorado pela historiografia, no qual Aquino Fonseca – falando ao Ministro dos

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

Negócio do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz – desferiu vinte e quatro acusações ao chefe do executivo provincial, dando a entender que Figueiredo atuou contra os ordenamentos sanitários imperiais, atentando contra a salubridade pública, a autoridade dos médicos e favorecendo a ação de charlatões durante a crise epidêmica. Por meio do artigo, é possível perceber as tensões decorrentes dos projetos higienistas no oitocentos.

**Palavras-chave:** Cólera morbo; Pernambuco Imperial; medicina higienista; charlatanismo.

Recebido em: 30/04/2021

Aprovado em: 19/10/2021

## Introdução

Pernambuco, fevereiro de 1856: o cólera morbo percorria a província. Desde dezembro do ano anterior a epidemia agia com ferocidade, especialmente em Vitória de Santo Antão, vizinha à Recife. Diversas cidades e vilas registravam cenas de tensão, enquanto os cemitérios enchiam-se. O saldo de mortos deixados na província seria um dos maiores registrados no país: cerca de trinta e sete mil.

Em meio ao caos sanitário, a maior autoridade médica pernambucana da época, Joaquim de Aquino da Fonseca, presidente da Comissão de Higiene Pública<sup>1</sup>, tomou a pena, em 23 de fevereiro, e escreveu relato dirigido ao então Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, futuro Visconde do Bom Retiro. O objetivo aparente da missiva era justificar um pedido de licença do cargo na Comissão. Todavia, o tamanho do manuscrito, com cinquenta e duas páginas, revelava o real escopo do médico: denunciar atitudes do então presidente de Pernambuco, José Bento da Cunha Figueiredo, na gestão sanitária provincial.

Ao longo do minucioso relato, conservado no Fundo Saúde Pública do Arquivo Nacional, Fonseca descreveu como as orientações da Comissão de Higiene Pública vinham sendo arbitrariamente ignoradas pelo presidente. Escrito em meio a uma crise epidêmica, até então sem precedentes, as denúncias do médico ganhavam força simbólica. Ele, provavelmente, esperava que o pedido de licença pudesse servir para desestabilizar seu oponente, tendo em vista a gravidade da crise epidêmica, a preocupar as autoridades imperiais na Corte.

A carta/relatório é uma rica fonte para vislumbrar os conflitos existentes no âmbito da saúde pública em meados do Oitocentos no Brasil. Revela as dificuldades encontradas pelas autoridades sanitárias na realização dos seus projetos de intervenção urbana, que encontravam resistência não só

<sup>1</sup> Quando do recorte temporal deste artigo, a Comissão de Higiene Pública de Pernambuco era formada pelos médicos: Joaquim de Aquino Fonseca, João Pereira da Silva (Provedor do Porto de Recife) e Alexandre de Sousa Pereira do Carmo (ANDRADE, 1986, 52). A comissão é um exemplo do chamado “higienismo” oitocentista. A institucionalização da Medicina no Brasil, especialmente após 1832, quando se deu a fundação das faculdades de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, fez com que médicos passaram a ocupar maior destaque na sociedade imperial e a combater com mais vigor as práticas de curas não oficiais e demais atitudes populares, classificadas como anti-higiênicas, além de programar uma série de reformas urbanas. O projeto higienista almejava ser hegemônico, mas esteve longe de alcançar isso. No geral, as reformas urbanas que os médicos reivindicavam geraram polêmicas, encontraram resistências e limitações orçamentárias sérias. Os casos narrados ao longo dessa corroboram a dificuldade enfrentada pelos higienistas do período. Mesmo o combate aos “charlatões” – como eram chamados os que praticavam ações terapêuticas sem o diploma de médico – avançou lentamente. Segundo Luiz Otávio Ferreira, houve “resistência cultural à monopolização” das artes de curas e, muitas vezes, os acadêmicos utilizavam terapias provenientes do saber popular. Mesmo com a instituição da medicina-científica os próprios periódicos médicos se viam impelidos a publicar a opinião de leigos sobre medicamentos e práticas de cura (FERREIRA, 2003, p. 101-104).

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

entre a maioria da população, como também nas autoridades políticas que deveriam ser os apoiadores das medidas sanitárias. Como demonstraremos ao longo do artigo, em Pernambuco, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo mais atrapalhava do que ajudava os projetos higienistas. Do mesmo modo, a missiva indica como “facultativos” – termo usado na época como sinônimo da palavra médico – disputavam pacientes com curandeiros, sem diplomas acadêmicos, mas com ampla aceitação popular.

Mas, quem era Joaquim de Aquino Fonseca? Pernambucano, nasceu a 4 de abril de 1818, tendo como pais o comendador Thomaz de Aquino Fonseca e Joaquina Benedita de Gusmão (BLAKE, 1898, p. 92-93). Formado em Medicina pela Universidade de Paris, retornou à terra natal, dando início, nos anos 1840, à carreira que lhe fez colecionar desafetos e polêmicas: “Poucos, no Recife, hão de desencadeado tanto rancor publicamente, tanto destempero de verrinas e tanta irritação” (ANDRADE, 1986, p. 49).

As reações contrárias a Joaquim de Aquino Fonseca decorriam da atuação como “médico social”<sup>2</sup>, um higienista a bradar por reformas numa cidade pantanosa e de clima quente, onde os problemas sanitários e sociais pululavam<sup>3</sup>, produzindo “miasmas”<sup>4</sup> considerados perigosos pelos facultativos. Nos cargos públicos que ocupou, como médico ou parlamentar, e nos textos de sua lavra, o médico Joaquim de Aquino atuava, diuturnamente, em nome dos ideais higienistas. Claramente, desejava ser consultado antes de cada obra pública que se erguia na cidade, para ditar o que julgava serem as melhores escolhas científicas, como demonstraremos ao longo do artigo.

2 Para Michel Foucault, o século XVIII engendrou uma “medicina social”, sucessora da medicina de cunho privado, até então vigente. O desenvolvimento dos centros urbanos levantava a obrigação de construir uma unidade política, liderada por “um poder único e bem regulamentado”, a fim de organizar e gerir o “corpo urbano de modo coerente, homogêneo”. O poder político também devia oferecer resposta aos pequenos pânicos nascidos com a urbanidade: “[...] Nasce o que chamarei de medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo diante das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre os quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar. A França foi o grande exemplo de resposta política às inquietações urbanas. Suas cidades passaram a ser organizadas por esquadrinhamento, disciplinador e definidor do uso dos espaços. Nesse projeto, os médicos foram fundamentais, pois forneceram o modelo básico a ser seguido: o da quarentena vigilante” (FOUCAULT, 2005, p. 87-88). Os objetivos principais da medicina social urbana foram: a análise dos lugares perigosos, onde as doenças podiam ser provocadas; o favorecimento da circulação da água e do ar; e a organização das distribuições e sequências, forma científica de organizar os elementos comuns à cidade, tais como fontes e esgotos (FOUCAULT, 2005, p. 89-91).

3 Aquino Fonseca foi um dos que mais protestou contra a presença nas ruas dos “tigres”, como eram chamados os escravizados que transportavam, na cabeça, barris com materiais fecais das residências para serem despejados nos rios, emporcalhando seus corpos – daí o apelido, por ficarem com as roupas manchadas com listras – e as ruas. No lugar dos “tigres”, Fonseca pregava a necessidade de criação de “latrinas móveis”, com o uso de fossas (ANDRADE, 1986, p. 24).

4 O pensamento médico no Brasil Imperial preocupava-se bastante com os miasmas e seus efeitos sobre a saúde das pessoas. Miasmas seriam gases atmosféricos, advindos de matérias animais e vegetais em decomposição. Uma vez na atmosfera, os gases podiam impregnar alimentos, contaminar a água e ser absorvido, pela pele e respiração, das pessoas. As condições climáticas, especialmente mudanças súbitas de temperatura, podiam ter efeito decisivo no aumento e difusão dos gases. Nestes termos, os miasmas eram vistos como os responsáveis por infecções e epidemias (ARRAIS, 2004, p. 367).

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

Para além da rua, Aquino Fonseca desejava adentrar a vida privada das pessoas, indicando mudanças em costumes considerados nocivos à saúde. Sempre saudosos de seus dias de estudantes e do clima de Paris, o médico pernambucano era, contraditoriamente, crítico mordaz da influência da Europa sobre os hábitos alimentares e as vestimentas dos pernambucanos, como a substituição dos tecidos leves e coloridos por outros grossos e escuros, condizentes com climas frios (FREYRE, 2004, p 435). Aliás, a toailete feminina – profundamente influenciada pela moda estrangeira –, era um tema de grande preocupação para Aquino Fonseca: via nos espartilhos, por exemplo, a principal causa da tísica, ou tuberculose, em Recife: ao arrochar “o jogo respiratório das costelas e diafragma” (FONSECA apud FREYRE, 2004, p 236).

Ao querer disciplinar o espaço público e os hábitos privados, Aquino Fonseca foi alvo de duras críticas ao longo da vida. Alguns de seus inimigos apregoavam: “Naquela cara deslavada há tanta vergonha como São Sebastião tem de calções” (ANDRADE, 1986, p. 50). Seus adversários ridicularizavam os hábitos afrancesados, a escrita pomposa e ferina e, mesmo, os conhecidos problemas intestinais e de garganta do médico. Em Paris, problemas na laringe o levaram a sofrer uma traqueotomia. Além de afetar sua voz, tornando-a cacofônica, desagradável, a operação deixou cicatriz, escondida com uma placa metálica, que lhe rendeu o apelido de “Goela de Prata”, amplamente usado pelos desafetos (ANDRADE, 1986, p. 33). Não por acaso, diversas charges publicadas na imprensa pernambucana destacavam as golas altas usadas pelo médico, feitas sob medida para disfarçar a prótese (SIAL, 2005, p. 131).

Malgrado as polêmicas protagonizadas, quando faleceu, a 31 de dezembro de 1882, aos sessenta e quatro anos, Aquino Fonseca era considerado “um dos mais distintos médicos do Brasil” (BLAKE, 1898, p. 93). Ao longo das quatro décadas de vida pública, Joaquim de Aquino atuou em diversos cargos ligados à saúde; foi vereador e deputado provincial; recebeu honrarias, como as insígnias de cavaleiro da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo; participou de associações<sup>5</sup> e academias brasileiras e estrangeiras; publicou diversos livros, artigos, relatórios etc. (BLAKE, 1898, p. 93); e teve papel decisivo nos rumos de obras e reformas urbanas de Recife, como a ação ativa na construção do cemitério público e extinção dos enterros no interior das igrejas (SIAL, 2005, p. 125).

Cabe traçar aqui um resumo da vida do opositor do “Goela de Prata”. Até 23 de fevereiro de 1856, data em que é assinada a carta por Joaquim d’Aquino Fonseca, José Bento da Cunha Figueiredo já havia subido a diversos cargos da política Imperial. Talvez essa informação faça o

---

5 Foi um dos fundadores, em 1841, e, posteriormente, presidente da Sociedade de Medicina de Pernambuco. Seus estatutos definiam como função da entidade a promoção dos “progressos da Medicina e de todos os ramos da ciência médica”, dando a “Classe Médica a posição que lhe é assignada pela nobreza de sua profissão”. Almejava, ainda, “coadjuvar a administração da província, em todos os assuntos concernentes à saúde pública” (ARRAIS, 2004, p. 365).

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

leitor pensar que era, ele, homem forte, quase inamovível pelos adversários. Entretanto, não era assim. Cunha Figueiredo foi inteligente: sabia jogar. Mas as cartas, quase sempre, eram dadas a ele; pouquíssimas vezes saíram das próprias mangas. Uma verdade pode ser suspeitada: possuía bons amigos, estrategicamente escolhidos, que caminhavam pelas estradas da política Oitocentista.

José Bento da Cunha Figueiredo nasceu em 1808 na província da Bahia. Era filho de Manoel da Cunha de Figueiredo e Joanna Roza Alves de Figueiredo, moradores na freguesia de Campo Largo<sup>6</sup>. Aportara no Recife muito antes de 26 de outubro de 1833, quando conquistou a carta de bacharel pelo Curso Jurídico de Olinda. Deve ter convivido com alguns dos estudantes, mais tarde, indicados aos cargos da política imperial: Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara (1832), Joaquim Nunes Machado (1832), Sérgio Teixeira de Macedo (1832). Havia, ainda, os professores, como Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Barão e Visconde de Camaragibe. Não devemos perder de vista: o próprio José Bento da Cunha Figueiredo assumiu vaga de lente na casa. (MARTINS, 1931, 54 -183).

Com todas as interações possíveis com gente graúda de Pernambuco, em 1 de julho de 1847 José Bento da Cunha Figueiredo assumiu vaga na câmara dos deputados gerais, em substituição a Antonio Affonso Ferreira. Frequentou a casa parlamentar outras vezes e teve cadeira na assembleia provincial (CAMPELLO, 1979, p. 58). Não parando nesse ponto, receberia a Presidência da Província de Alagoas em 1849, nela permanecendo até 1853 (JAVARI, 1889, p. 440). Em 1854, o deputado Castello Branco dizia na câmara: “cuja administração a província das Alagoas se lembrará sempre com gratidão e saudade” (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1876, p. 173). Parece mesmo ter deixado gente desamparada depois da partida: um dos charlatões que aparecem na missiva de Aquino da Fonseca veio de lá, talvez pela amizade devotada ao ex-presidente. E não custa adiantar: o sucessor de Cunha Figueiredo em Alagoas, Sá e Albuquerque, que responde a Fonseca, sobre o caso, faz parte, neste momento, do grupo político que apoiava o futuro Visconde de Bom Conselho.

Desde abril de 1853, últimos meses do ministério Rodrigues Torres, Cunha Figueiredo (depois Visconde de Bom Conselho), assumiu a presidência de Pernambuco. Continuou no cargo depois da subida, em setembro de 1853, de Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná), que foi presidente de Pernambuco, ao ministério (JAVARI, 1889, p. 111-438). Cunha Figueiredo crescia aliado a Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) chefe da situação conservadora em Pernambuco, também amigo de Nabuco de Araújo, que era parte do Ministério Paraná. Mas alguém o fulminava: o monsenhor Pinto de Campos. Escrevendo para

---

<sup>6</sup> Informação do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (AFDR). Registro dos diplomas de bacharel expedidos pelo Curso Jurídico de Olinda (1832-1848); AFDR. Certidões de Idade (1829-1831).

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

Camaragibe, disse que Cunha Figueiredo não tinha, na Corte, “bom crédito” e “de sorte que já não tem sido exonerado porque a ideia de quem o substitua preocupa demasiado os Ministros”. E prosseguia: “Por Deus, José Bento é muito pequeno para as coisas grandes; ele antepõe as suas afeições particulares ao bem estar da Província; mas, enfim, como não há quem o substitua, calarme-ei. Só sei que os Ministros fazem dele a pior ideia...” (PINTO DE CAMPOS, 1854, s/p., grifos da fonte). Ao que parece, com a leitura da carta de Aquino Fonseca, a ideia do padre prevalecia e era uma leitura mais ou menos corrente daquele político: favorecimentos pessoais, bajulações, fechar de olhos e falta de substitutos. Ele não era tão importante: preenchia um lugar que, naquele momento, era difícil de ser completado.

Foi para proteger os amigos que se viu enrascado, em 1855, com o desembarque ilegal de escravizados na praia de Sirinhaém<sup>7</sup>. Teve de dar conta do ocorrido ao cônsul inglês, aos ministérios, à Câmara e ao Senado. Foi bombardeado de todos os lados ao mesmo tempo que era protegido e defendido por Nabuco de Araújo, Honório Hermeto e o Visconde de Camaragibe. Alguns amigos sugeriram que pedisse demissão, já que os ingleses pressionavam o governo a isso. Cunha Figueiredo esperou o melhor momento e o fez. Mas, no ano seguinte haveria eleição. O ocorrido seria lembrado.

Em 1856, a luta do grupo de Camaragibe e Nabuco de Araújo era organizar os círculos para as eleições. Cunha Figueiredo vacilava. O padre Pinto de Campos disse, sobre o presidente: “Ele, apesar de se julgar forte, vê-se que o seu ponto de apoio está em Camaragibe (CAMPOS, 1856, s/p.)”. Por 13 de setembro, Cunha Figueiredo pedia o auxílio de Camaragibe: “não se esqueça do amigo ausente. Conto muito e muito com os seus serviços” E repetira, enfaticamente: “Mas em todo o caso eu lhe peço não deixe de ir cuidando de mim; visto que me dizem que os candidatos surgem de todos os lados. Senhor Pedro, interrompe um pouco o belo descanso de Camaragibe: trata dos amigos” (FIGUEIREDO, 1856, s/p.).

Nabuco de Araújo ia se inquietando. E dizia:

A candidatura do José Bento deve ser para nós um grande empenho: a derrota dele seria uma triste fatalidade tendo ele prestado tão bons serviços na administração dessa Província em a qual sacrificou saúde, e fortuna: quem mais quiereria com essa lição servir ao País e ao governo? (ARAÚJO, 1856, s/p.).

É óbvio que os “bons serviços” de Cunha Figueiredo era o ser apaniguado de Nabuco de Araújo e Camaragibe. O certo é ter José Bento contado com várias frentes de apoio, ao mesmo tempo. Conseguia subir à câmara de 1857, tendo por companheiros Augusto Frederico de Oliveira –

<sup>7</sup> Para um aprofundamento no assunto, ver: CARVALHO; CADENA, 2019.

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

aliado de Camaragibe e filho do traficante Francisco Antonio de Oliveira, Barão de Beberibe -, Nabuco de Araújo, Sebastião do Rego Barros, Sá e Albuquerque, Barão de Villa Bella, Pinto de Campos, dentre outros (CAMPELLO, 1979, p. 61-63).

José Bento da Cunha Figueiredo não saía fortalecido do seu pedido de demissão em 1856. Entretanto, não podemos dizer que enfraqueceu. Ainda conseguiria ter uma cadeira no Senado, uma pasta ministerial e o título de Visconde.

O conflito entre Joaquim de Aquino Fonseca e José Bento da Cunha Figueiredo não é desconhecido pela historiografia. Diversos autores já trataram da crise entre o médico e o presidente na conjuntura epidêmica. Todavia, tais trabalhos acabaram atendo-se a um episódio da história: o fato de que o presidente teria promovido a ação de curandeiros africanos, o mais famoso conhecido como “Pai Manoel”, quando do cólera em Recife<sup>8</sup>.

Nestes termos, o documento que sustenta nosso artigo permite olhar mais aprofundado sobre as querelas do presidente da Comissão de Higiene Pública *versus* o presidente de Pernambuco. Se o patrocínio oficial à ação dos curandeiros africanos foi, de fato, o ponto crucial para o rompimento entre as personagens, o relato enviado ao ministro dá conta de diversas questões não trabalhadas até então pela historiografia da epidemia de cólera de 1856 em Recife.

Em parte, esse lapso deveu-se ao apelo sedutor do caso “Pai Manuel”, a andar de carruagem pelas ruas de Recife, escoltado por forças policiais, atuando em hospitais oficiais, onde afirmava curar uma doença mortal cuja ação a medicina dos “facultativos” estava longe de barrar. Naquele cenário, o apoio popular ao curandeiro levou à hostilidade contra os médicos, acusados de, propositalmente, usar o cólera para matar a população de cor (DINIZ, 2003, p. 370). Por outro lado, as análises escritas sobre o caso acabaram centrando-se na repercussão da celeuma na imprensa, que filtrou parte considerável das questões a agastar Aquino Fonseca<sup>9</sup>.

A longa missiva do médico higienista ao Ministro dos Negócios do Império lança luz sobre diversos pontos do conflito travado pela Comissão de Higiene Pública ao longo de todo governo de José Bento no executivo pernambucano. Marcada pela escrita dura e irônica de Joaquim de Aquino Fonseca, a carta traz acusações sérias, sobre mal uso do dinheiro público, favorecimentos pessoais,

8 O caso dos curandeiros negros na epidemia do cólera em Recife aparece em obras como: Gilberto Freyre (2004, p. 641), Gilberto Osório de Andrade (1986, p. 58); Sidney Chalhoub (1996, p.135-136); Carlos Alberto Cunha Miranda (2001, p. 106-107); Ariosvaldo da Silva Diniz (2003, p.351-353); Rosilene Gomes Farias (2007, p. 74-75); João José Reis, Marcus Carvalho e Flávio Gomes (2017, p. 343-344).

9 Um exemplo foi a espécie de manifesto escrito por Joaquim de Aquino Fonseca e publicado no jornal *Diário de Pernambuco*, com justificativas sobre o pedido de licença feito pelo médico durante a crise epidêmica. Apesar de longo, e de contar com alguns trechos semelhantes à carta enviada ao Ministro dos Negócios do Império, o texto do jornal estava longe de apresentar a totalidade de críticas feitas ao presidente Cunha Figueiredo naquela. No manifesto, o caso dos curandeiros africanos tinha mais destaque: “A Comissão [...] não pode convir em que pretos da Costa d’África, com suas grosseiras misturas, estejam também a explorar a credulidade da população” (*Diário de Pernambuco*, n. 54, 29 fev. 1856, p. 2).

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

desrespeito à legislação imperial etc. Revela, ainda, as crenças dos higienistas e seus projetos de intervenção e disciplina, sempre longe da concretização. Assim, nosso artigo apresenta um documento rico para os interessados nos estudos da saúde e doença no Brasil Imperial.

**“O Exmo. Presidente desta Província não dá à Comissão, de que sou chefe, a importância que ela merece”**

O início da missiva de Joaquim de Aquino Fonseca trazia resumo dos cargos ocupados pelo médico. Citava como, desde 1845, foi nomeado pelo governo provincial para o lugar de presidente do Conselho Geral de Salubridade Pública<sup>10</sup>. Em 1847, assumira, por nomeação imperial, o cargo de comissário vacinador, e em 1853 para presidente da Comissão de Higiene Pública da província<sup>11</sup>. Ao descrever a atuação nesta função, Aquino Fonseca afirmava ter “servido com toda a dedicação, sem me apartar uma só vez do meu dever”, malgrado “não gozar de florescente saúde”, como seus “sofrimentos de intestinos” e de “larins” (FONSECA, 1856, s/p). Diante da exposição desses problemas, afirmava desejar uma licença, indo em busca de “um clima mais frio”, em clara referência à Europa, onde se formou e, aparentemente, não queria ter saído. Para além das reclamações sobre o excesso de trabalho e “o calor intenso”, pesava “os repetidos desgostos” com a “primeira autoridade” provincial: “O Exmo. Presidente desta Província não dá à Comissão, de que sou chefe, a importância que ela merece”, desrespeitando o regulamento que era necessário cumprir. Ante tal questão, Aquino da Fonseca afirmava: o afastamento seria motivado por tais conflitos e não por se furta “ao desempenho de minhas obrigações”, inda mais numa quadra “em que o serviço público reclama meu concurso” (FONSECA, 1856, s/p).

Reforçando sua defesa, afirmava ter “servido sob a administração de diversos de presidentes” (FONSECA, 1856, s/p) em onze de vida pública. Ao citar tal temporalidade, Aquino Fonseca, claramente, fazia referência às diversas mudanças políticas vividas na Corte e na

<sup>10</sup> Era um órgão consultivo, criado pela lei provincial n. 145/1845 (SIAL, 2005, p. 111).

<sup>11</sup> Criadas em 1851, as Comissões de Higiene Pública eram órgãos provinciais subordinados à Junta Central de Higiene Pública, localizada na Corte e principal órgão sanitário do Império. Ela foi criada pela lei n. 598, de 14 de setembro de 1850, com o nome inicial de Junta de Higiene Pública (BARBOSA; REZENDE, 1909, p. 64). Ao longo da primeira metade do século XIX, o território imperial esteve isento de grandes epidemias. No verão de 1849-1850, o Rio de Janeiro e outras cidades portuárias foram duramente atacadas pela febre amarela, derrubando a crença nos efeitos benéficos da Linha do Equador sobre as epidemias, defendida por alguns médicos. A estimativa oficial sobre a epidemia na Corte falava em quatro mil cento e sessenta óbitos, enquanto, extraoficialmente, houvesse quem calculasse em mais de dez mil o número de vítimas fatais (CHALHOUB, 1996, p. 61). Nesta quadra, a instituição da Junta Central de Higiene significava uma “mudança na forma como o Estado lidou com a saúde pública no século XIX” (KODAMA et al, 2012, p. 61). A assistência à saúde, até então, estava, basicamente, ligada à lógica caritativa das Santas Casas de Misericórdia e ordens religiosas. A eclosão da febre amarela acendeu o alerta às autoridades imperiais para a necessidade de agir mais ativamente na esfera da saúde pública. Em conjuntura de centralização do poder político, de fim do tráfico atlântico de escravos e de necessidade de contratação de colonos estrangeiros – altamente vitimados nas epidemias de febre amarela –, a Junta foi criada para ser o “centro de todo o serviço sanitário do Império”, dando-lhe direção por meio das orientações voltadas às Comissões de Higiene Pública das províncias (BARBOSA; REZENDE, op. cit., 1909, p. 65).

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

província, com diversas trocas de partidos no poder e mesmo uma revolução provincial, a Praieira de 1848<sup>12</sup>, com forte impacto sobre a política nacional. Mesmo nesse período de instabilidade, quando dez presidentes governaram Pernambuco<sup>13</sup> e a “política tem apresentado diversas fases”, o médico manteve-se nos cargos, afirmando ter mantido a “consideração e o apoio de todos” os presidentes, de quem conservaria “honrosos documentos” (FONSECA, 1856, s/p). Destacava, estrategicamente, possuir “um do Exm<sup>o</sup>. Presidente do Conselho de Ministros”, aludindo ao Marquês de Paraná, presidente de Pernambuco na conjuntura pós-Praieira e, na época da missiva, presidente do Gabinete da Conciliação. Assim, desejava Joaquim de Aquino provar ter, junto com a Comissão de Higiene, desempenhado suas obrigações, prestando serviços a contento e agradando a diversos governos, realçando a particularidade da desavença com o presidente Cunha Figueiredo.

Na estratégia argumentativa de Aquino Fonseca, era primordial convencer o destinatário, ministro Couto Ferraz, de que a celeuma com o presidente de Pernambuco não se resumia a questões pessoais. O mote do atrito era o reiterado desrespeito à lei imperial, que dava à Comissão de Higiene e ao seu presidente a autoridade sobre as questões sanitárias da província: “suas opiniões devem ser adotadas, principalmente se a ciência e as circunstâncias vierem em seu apoio” (FONSECA, 1856, s/p).

A partir daí, o missivista passou a desfiar um rosário de acusações – vinte e quatro, ao todo – contra o presidente José Bento, tentando expor a “ordem cronológica dos fatos” que levaram ao pedido de licença da Comissão de Higiene. De início, apontava o presidente como conivente com a negligência do Provedor da Saúde do Porto, o médico Luiz de França Muniz Tavares. Este se ausentara, sem justificativa, das funções e afirmava desconhecer regulamentos da repartição que ele próprio copiara. A Comissão oficiou por três vezes o presidente da província sobre o caso, que não pôs termo ao mesmo, fazendo a entidade recorrer à Junta Central de Higiene Pública. O órgão máximo voltado à saúde imperial determinou que Cunha Figueiredo repreendesse o funcionário. Todavia, afiançava Joaquim de Aquino, a ordem foi descumprida: “e por este modo foi iludido o Governo Imperial” (FONSECA, 1856, s/p).

A segunda acusação envolvia a fiscalização da Comissão de Higiene sobre as “farmácias e charlatanismo”. O presidente era acusado de ignorar as determinações e multas aplicadas pela comissão em processo aberto contra estabelecimento, cujo proprietário não tinha formação e,

<sup>12</sup> Na ocasião, facções das elites pernambucanas uniram-se de “armas para derrubar um governo provincial e tentar impor a vontade do grupo sobre os interesses políticos mais amplos do governo Imperial” (CARVALHO, 2009, p. 175).

<sup>13</sup> Antônio Pinto Chinchorro da Gama (1845-1848), Vicente Pires da Mota (1848), Antônio da Costa Pinto (1848), Herculano Pereira Penna (1848), Manoel Vieira Tosta, futuro Marquês de Muritiba (1848), Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná (1849-1850), José Ildelfonso de Souza Ramos, futuro Visconde de Jaguarí (1850-1851), Victor de Oliveira (1851-1852), Francisco Antonio Ribeiro (1852-1853), José Bento da Cunha Figueiredo (1853-1856) (JAVARI, 1889, p. 438).

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

portanto, autorização legal para exercício da farmácia. A situação era tão esdruxula que o proprietário da botica processara os dois membros da comissão responsáveis pela fiscalização, acionando-o “por perdas e danos, visto que seu estabelecimento se conservava fechado, o que era devido a não ter ele título legal de farmácia” (FONSECA, 1856, s/p). Apesar do que Aquino classificava como “escândalo inaudito”, a autoridade policial – que respondia diretamente ao presidente – fez vista grossa ao crime, “a ponto de julgar” aquilo “que só são competentes as Escolas de Medicina do Império”. A comissão fez representação contra o delegado, mas nada adiantou: “ainda hoje continua em exercício” (FONSECA, 1856, s/p). Claramente, Aquino Fonseca aludia, mais uma vez, ao ordenamento legal do Império para desacreditar o presidente.

Outra queixa da missiva envolvia a construção de um lazareto, espaço usado para realização de quarentenas portuárias e para tratamento de doentes, forma de evitar epidemias. Caberia, por lei, à Comissão de Higiene indicar o local onde seria instalado o equipamento. Ela indicou as ilhas do Pina e de Santo Aleixo. Todavia, o presidente José Bento nomeara outra comissão, composta do capitão do porto, diretor das obras públicas e o lente de geometria do liceu, que escolheu um espaço considerado inadequado pela Comissão de Higiene (FONSECA, 1856, s/p). O Governo Imperial, acreditando ter a escolha ocorrido com o crivo da autoridade sanitária provincial, chegou a autorizar a obra. Contudo, a comissão, “a fim de livra-se de qualquer increpação”, comunicou o ocorrido à Junta Central de Higiene Pública, obrigando José Bento da Cunha Figueiredo a “reconsiderar a questão” (FONSECA, 1856, s/p.).

O recuo não deixou de causar outra crise indigesta entre o presidente da comissão e o mandatário provincial. Tendo a ilha do Pina sido indicada para a construção do lazareto, o presidente da província desconsiderou as coordenadas indicadas pelos higienistas como adequadas à edificação, preferindo seguir a sugestão de lugar feita pelo capitão do porto, “que não fora, nem podia ser aprovado pela Comissão”. A questão não era considerada de menor importância, visto que para o pensamento médico do período “as condições essenciais de um lazareto”, especialmente “sua posição e isolamento” (FONSECA, 1856, s/p), não estariam contempladas no lugar no qual seria edificado o equipamento:

Sua posição é má, porque pode prejudicar esta cidade, visto que fica mui próxima da parte mais frequentada da ilha do Nogueira, e se acha em frente da parte meridional da Freguesia de São José: o isolamento se não dá por estas mesmas razões, e porque com facilidade pode haver comunicação entre os quarentenários e as pessoas de fora (FONSECA, 1856, s/p.).

O presidente Cunha Figueiredo parecia disposto a espezinhar ao máximo a paciência e os

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

intestinos, já combalidos, de Aquino Fonseca. Se a escolha do local do lazareto era equivocada, “nova resolução de S. Ex<sup>a</sup>. veio ainda mais prejudicar” a questão, em velocidade rápida e fumegante: haja vista ter de ser “construída a via férrea desta Província, julgaram os seus agentes que ela devia partir da ilha do Nogueira e S. Ex<sup>a</sup>., sem nem mesmo consultar à Comissão, permitiu que isto se fizesse; de sorte que ter-se-á de ver o lazareto ao lado dessa via férrea” (FONSECA, 1856, s/p.), levando a notória necessidade de construção de outro lazareto em melhores condições.

A sexta recriminação contra o presidente da província envolvia a inadequação do material usado na distribuição de água potável e “materiais excrementício” pelas celas da nova casa de detenção, que mesmo inacabada passara a receber presos. Segundo Joaquim de Aquino, o uso de tubos à base de chumbo e torneiras de bronze era reprovado pelo médico Guéneau de Mussy e pelo físico Pouillet, ambos franceses (FONSECA, 1856, s/p.). Para o facultativo pernambucano, o desajuste na escolha dos materiais e o não cuidado na separação de presos doentes poderiam levar a surtos de varíola, disenteria etc. Aliás, Aquino Fonseca trazia expressivo dado e vaticínio pessimista sobre a casa de detenção, ao registrar que “182 indivíduos viram-se em poucos meses acometidos pela varíola, dela expirando 27; talvez grandes estragos tenha de causar ali o cólera morbo” (FONSECA, 1856, s/p.).

Nova desavença entre as autoridades sanitárias e o governo da província envolveu a construção de um hospital voltado aos militares. José Bento não consultou a Comissão de Higiene sobre o local da obra, escolhendo localidade cercada por habitações, causando dúvidas entre o “delegado do cirurgião mor do Exército e o engenheiro militar” (FONSECA, 1856, s/p.). Entre estes dois havia ainda desacordos em questões primordiais, como a distribuição do “sistema de latrinas”, com risco de despesas extras na correção da obra, por possíveis reformas no hospital regimental. Na opinião de Joaquim de Aquino Fonseca, todas as dúvidas podiam ser sanadas pela consulta à comissão que presidia (FONSECA, 1856, s/p.).

Ainda no âmbito das questões militares, o presidente teria decidido afastar as coxias da Companhia de Cavalaria de perto do palácio presidencial. Mais uma vez, a Comissão de Higiene esperava ser consultada sobre o espaço adequado à nova coxia, o que não ocorreu. O local escolhido parecia o pior possível pela descrição de Joaquim de Aquino:

à margem do rio em terreno extremamente baixo e próximo a mangues, de sorte que além de faltar-lhe água potável, tantos são os mosquitos, principalmente nas grandes marés, que nem os soldados podem repousar durante a noite, nem os cavalos comer[,] perseguidos pelos ditos insetos (FONSECA, 1856, s/p.)

A nona delação feita por Joaquim de Aquino Fonseca contra Cunha Figueiredo envolvia

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

disputa entre uma irmandade religiosa e uma repartição pública. Tendo a irmandade do Espírito Santo entrado em desavença com os frades franciscanos, cuja igreja sediava a dita confraria, aquela passou para a Igreja da Conceição dos Militares. Todavia, “depois de algum tempo, desejando ter a antiga Igreja dos Jesuítas, onde desde anos funcionava a Repartição da Vacina, dirigiu-se [a] S. Ex<sup>a</sup>. [o presidente da província]” requerendo o referido prédio. Sem ouvir Aquino Fonseca, José Bento concedeu o prédio à irmandade: “não obstante haver eu ponderado que esse edifício entrava no número dos prédios nacionais, que só o Poder competente pode dar” (FONSECA, 1856, s/p.). Para além de, supostamente, dispor ilegalmente de imóvel imperial, o médico advertia sobre a perda do dinheiro público: “centenares [sic] de mil reis”, gastos pela Repartição da Vacina com reformas na igreja (FONSECA, 1856, s/p.).

Nem mesmo as festas deixavam de criar atritos entre as autoridades médicas e o governo provincial. Aproximando-se o dia 7 de setembro de 1855, “e vendo S. Ex<sup>a</sup>. que a quadra não era favorável” – pois o cólera agia epidemicamente em diversas províncias brasileiras, desde o mês de maio – consultou a Comissão de Higiene sobre o melhor horário (manhã ou fim da tarde) para realização de paradas militares. A comissão afirmou que era melhor não as realizar. Tendo recebido a indicação da autoridade sanitária, “nisto conveio a presidência”. Mas, como o leitor já deve ter percebido, José Bento da Cunha Figueiredo não entrava em acordo fácil com a Comissão de Higiene, não dando paz ao “Goela de Prata”:

No dia 9 do mês de setembro S. Ex<sup>a</sup>. Fez marchar umas brigadas a tarde, a fim de acompanhar em procissão a Irmandade do Espírito Santo, que se passou da Igreja da Conceição dos Militares para a dos Jesuítas; no dia 18 de outubro fez marchar pela manhã outras brigadas para servir de guarda de honra durante o Te-Deum que os súditos portugueses mandaram cantar na Matriz de São Frei Pedro Gonçalves em ação de graças pela aclamação do senhor Dom Pedro V, estando essa brigada toda a manhã exposta ao sol e a uma grossa chuva, que repentinamente deu e ensopou todos os soldados, passando assim molhadas horas perfilados; e no dia 26 de novembro fez toda a tropa da Guarda Nacional e de Linha acompanhar à tarde a Procissão de Corpus Christi saída da Matriz de Santo Antônio; convindo ponderar que, quando qualquer força militar tem de marchar, forma-se horas antes, e demora-se perfilada no campo exposta por tempo ao sol e chuva (FONSECA, 1856, s/p.)<sup>14</sup>.

14 A referência às condições climáticas ruins enfrentadas pelas tropas não se davam ao acaso. Ela baseava-se na teoria dos humores, do grego Hipócrates (459-355 a.C.), que tinha como premissa basilar a confiança na capacidade curativa da natureza, ou *physis*. A doença era entendida como um desequilíbrio entre quatro humores básicos, que se vinculavam aos quatro elementos constitutivos da *physis*, as quatro estações e suas respectivas qualidades: sangue – elemento ar; primavera; quente e úmido –, pituíta ou fleuma – água; inverno; fria e úmida –, bile amarela ou cólera – fogo; verão; quente e seca – e bile negra ou melancolia – terra; outono; fria e seca (LIMA, 1996, p. 47). Índícios da vitalidade da teoria humoral na medicina brasileira oitocentista podem ser encontrados no dicionário Chernoviz, como no trecho a seguir: “Os climas exercem sobre o físico e o moral do homem uma influência poderosa, que resulta dos efeitos simultâneos da luz, do calor, da eletricidade, da humidade, dos ventos, da produção e natureza do terreno, da posição dos lugares, da cultura das terras, e talvez de alguns outros agentes não conhecidos” (CHERNOVIZ, 1890, p. 599). Pela citação, apreende-se que as peculiaridades climáticas de um lugar eram resultado do entrelaçamento de fatores

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

Se as paradas de novembro já tinham causado horríveis dores de estômago ao “Goela de Prata”, as de dezembro as redobriariam. Tendo em vista que o cólera grassava o território imperial e “se ia aproximando desta Província, não era possível que ela [a comissão] conviesse que houvesse parada no dia 2 de dezembro” (FONSECA, 1856, s/p.). Nesta data era comemorado o natalício do imperador D. Pedro II, levando, como demonstrou Lilia Schwarcz, a realização de diversas festividades religiosas e cívicas por todo país (1998, p. 255). Se o presidente não permitiu a realização das paradas na referida data, acabou liberando outras nos dias 8 e 16 de dezembro, por pedido do Bispo Diocesano, que festejou a Imaculada Conceição na Igreja de São Pedro e na Igreja dos Militares. Assim, os militares ficaram horas expostos “aos dardejantes raios do sol”. Aquino Fonseca não deixou de ironizar a situação: “na opinião de S. Ex<sup>a</sup>. só são prejudiciais as marchas em dias de festa nacional” (FONSECA, 1856, s/p.), dando a entender que os problemas climatérios e eventuais efeitos na saúde pareciam afugentados pelo brilho das imagens sacras em procissão.

A décima segunda queixa envolvia as parteiras que atuavam em Pernambuco, formadas em uma cadeira de obstetrícia criada pela Assembleia Provincial, em 1841. Pela legislação existente no país, os deputados provinciais tinham extrapolado os limites, já que apenas a Assembleia Geral poderia criar cadeiras e escolas do tipo. A comissão pressionava o governo provincial a acabar com a cadeira e proibir o exercício das parteiras lá formadas, que, na opinião de Joaquim de Aquino “sem habilitação e mal sabendo ler, cometiam continuamente erros imperdoáveis” (FONSECA, 1856, s/p.). Malgrado a pressão das autoridades sanitárias, munidas de argumentos legais, o presidente não cedia. O documento insinua haver tentativa de favorecimento no caso, posto que o lente da cadeira “tinha recomendações”, e “não queria perder seu ordenado” (FONSECA, 1856, s/p.). Mais uma vez afrontando a autoridade máxima da província, o presidente da Comissão de Higiene pernambucana recorreu à Corte: “depois de ouvir a [...] Junta [Central de Higiene], o Procurador da Coroa e Soberania Nacional e o Conselho de Estado, [...] e todos reconheceram que eu tinha razão e procedera legalmente opondo-me ao que queria S. Ex<sup>a</sup>.” (FONSECA, 1856, s/p.). Atropelado pelas determinações da Corte, o presidente José Bento “fez que se extinguisse a cadeira” (FONSECA, 1856, s/p.).

Ainda tratando de exercício ilegal da medicina, o médico delatou o presidente José Bento como conivente com a atuação de Manoel Borges de Mendonça, apresentado como “charlatão” conhecido por dizer saber curar a “elefantíase dos gregos ou morfeia” (FONSECA, 1856, s/p.). O chefe do executivo provincial teria autorizado a atuação Borges de Mendonça no Hospital dos Lázaros. Diante da postura de reprovação por parte da Comissão de Higiene, José Bento usou como

---

geográficos e atmosféricos, o que explicava a preocupação com os “miasmas”.

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

estratagema o argumento de que Manuel atuava como enfermeiro no referido hospital e não como curador. Segundo Joaquim de Aquino, a tática não era vazia, revelando um “pensamento oculto” do presidente, pois a comissão não teria obrigação de inspeção sobre enfermeiros, teoricamente impedidos de curar por si só, já que submetidos a um facultativo. Ante a tática do presidente da província, a Comissão de Higiene, desejando, desmascarar publicamente o “charlatão”, correspondeu-se com o governo de Alagoas. Manoel Borges teria atuado nesta província quando José Bento presidira a mesma. Este, segundo Fonseca, teria afirmado: “com seus próprios olhos vira melhorar doentes em Maceió” (FONSECA, 1856, s/p.) sob o tratamento Manoel Borges. A resposta do governo alagoano negava curas naquela província<sup>15</sup>, “e que o mesmo governo Imperial havia mandado rescindir o contrato feito com esse charlatão por S. Ex<sup>a</sup>., então presidente daquela província”. Assim, Joaquim de Aquino dava a entender ser Manoel Borges o charlatão de estimação do presidente José Bento que, até o momento da escrita da carta, o conservava atuando no Hospital dos Lázaros.

A quarentena, imposta pelo “Aviso Imperial de 2 de agosto” de 1855, decorrente do alastramento de casos de cólera pelos portos brasileiros, serviu também de desgaste entre José Bento e Joaquim. Deputados vindos da Corte num vapor não queriam cumprir os dias de quarentena no lazareto indicado para tal. Pressionado pelos parlamentares, o presidente desejava que “desaparecem do arquivo as peças oficiais relativas a esse negócio”, ao que se opôs “Goela de Prata”: “porquanto isto era contrário ao meu dever, e S. Ex<sup>a</sup>. seria o primeiro a lançar-me em rosto meu procedimento, se cedesse ao seu pedido” (FONSECA, 1856, s/p.).

A décima quinta acusação de Joaquim de Aquino Fonseca insinuava ter o presidente favorecido um proprietário rural, plantador de capim, na obra de conserto no dique do Rio Beberibe, arrombado por efeito da “grande cheia de 23 de junho de 1854”, afetando o abastecimento de água potável na cidade de Olinda (FONSECA, 1856, s/p.). Portanto, o benefício de um particular estaria acima do interesse coletivo e saúde pública, posto que seria necessário despender mais dinheiro na obra para beneficiar o plantador de capim, como se o gado valesse mais que as pessoas.

A décima sexta denúncia implicava o presidente na desobediência de determinações da comissão contra a realização de eventos sociais, decorrentes de casos de febre amarela e da ameaça da chegada do cólera. As orientações da Comissão de Higiene recomendavam barrar eventos como

---

<sup>15</sup> Cópia da reposta do presidente de Alagoas, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, foi anexada no relato escrito por Aquino da Fonseca e posto como apenso ao relatório do presidente de Pernambuco, apresentado à Assembleia Provincial no início de 1856. Segundo a autoridade alagoana: “Os médicos desta província, que por vezes foram chamados pela presidência para dar o seu parecer a respeito do tratamento de Borges, sempre entenderam que os doentes que lhe eram confiados não apresentavam melhoras radicais, nem ficaram perfeitamente bons; mas não devo ocultar que lhe eram confiados não apresentavam melhoras radicais, nem ficaram perfeitamente bons; mas não devo ocultar que Vossas Senhorias que Borges é zeloso, e dedica-se com todo o esmero a tratar bem os doentes que lhe são entregues, única vantagem que se pode tirar”. (ALBUQUERQUE apud FIGUEIREDO, 1856, s/p.).

**ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

missas na madrugada, procissões de penitência, paradas militares e apresentações artísticas. Todavia, havendo chegado em Recife, vinda da Itália e de passagem para o Maranhão, uma companhia lírica, “alguns especuladores se lembraram de fazê-la cantar”. A Comissão – sabendo da movimentação “e vendo [...] que se representações fossem permitidas agora, os conselhos dados à população deixariam de ser observados por aqueles que tinham a obrigação de dar o exemplo” (FONSECA, 1856, s/p.) –, oficiou ao presidente contra a liberação. Fazendo vista grossa ao caso, José Bento não só autorizou as apresentações como abriu, para tal fim, “os cofres públicos”, contribuindo com a quantia dois contos de réis. O resultado seria trágico: “A febre amarela já matou três dos melhores cantores e um rapaz”. Se a companhia não tivesse cantado no Recife, indo direto para o Maranhão, afirma Fonseca, as mortes teriam sido evitadas: lá “acha[va]-se extinta a febre amarela” (FONSECA, 1856, s/p.).

Outra insinuação contra José Bento da Cunha Figueiredo envolvia a tentativa de burla ao regulamento instituído pela Comissão de Higiene. O desembargador Jeronimo Martiniano Figueira de Mello teria trazido, oculto entre as mercadorias de um vapor vindo do Rio Janeiro, um caixão, contendo o cadáver de sua filha, “que exalava mal cheiro, dizendo-se, e havendo razão para crer-se [...], que tinha falecido do cólera morbo”. A comissão ordenou que o caixão devia ser inumado no cemitério do Lazareto do Pina, até que “as circunstâncias permitissem ser sepultado no Cemitério Público”. Ferido em sua vontade, o desembargador, “levado somente por seu orgulho e capricho”, pressionou o presidente pela liberação do enterramento no cemitério público, alegando que o caixão não exalava mal cheiro. Solicitou, ainda, a nomeação de peritos que oferecessem parecer favorável à investida. O presidente demandou à Comissão de Higiene sobre o assunto, que o convenceu de não haver previsão regulamentar para isso. Para não se agastar totalmente com o desembargador, José Bento recorreu ao governo imperial, levando à queixa de Aquino Fonseca, pois procedimento “devia ser feito pelo peticionário, se este se não conformasse com sua decisão” (FONSECA, 1856, s/p.).

A décima oitava denúncia dava conta de ter o presidente da província atuado em favor de uma agência de navegação, responsável pelo vapor Marquês de Olinda. A embarcação passara dez dias em quarentena no porto de Maceió, cidade que enfrentava a epidemia do cólera. Chegando a Recife, os agentes do vapor se recusavam a cumprir a quarentena de quinze dias exigida pela Provedoria de Saúde do Porto, alegando já haver cumprido a exigência na outra província. As autoridades sanitárias de Recife, por outro lado, argumentavam que, como o porto de Maceió estava contaminado pelo cólera, era preciso seguir à risca a legislação, portanto, manter a quarentena em Recife. O presidente, pessoalmente, demonstrou o aborrecimento com o caso junto à Comissão de Higiene, chegando a afirmar que liberaria a embarcação por conta própria. Acabou não o fazendo,

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

ante a ponderação de Aquino Fonseca “que desse ato poderia resultar grande responsabilidade” (FONSECA, 1856, s/p.).

José Bento da Cunha Figueiredo teria, ainda, patrocinado a atuação de homeopatas<sup>16</sup>, sem formação médica, durante a quadra do cólera em Pernambuco, distribuindo, inclusive carteiras com remédios do tipo. Em Vitória de Santo Antão, localidade onde o cólera agiu com mais furor na província, o delegado de polícia Tiburtino Pinto de Almeida, “capitaneando os homeopatas, que pregavam contra os médicos, fez que a população cresse que não havia melhor remédio contra a epidemia do que os glóbulos” (FONSECA, 1856, s/p.), levando a agressões dos seguidores do sistema terapêutico contra facultativos, “de sorte que o mal, nada encontrando que se opusesse ao seu furor, fez inúmeras vítimas” (FONSECA, 1856, s/p.).

A vigésima queixa afiançava ter o presidente autorizado estudantes dos primeiros anos do curso de Medicina a atuarem como médicos durante a epidemia, desrespeitando, mais uma vez, a legislação imperial vigente. A Comissão, neste caso, preferiu a omissão ao conflito com o presidente: “sem reconhecer legal o ato da presidência, nada disse, para que se não supusesse que ela queria aumentar os embaraços da atualidade” (FONSECA, 1856, s/p.).

A acusação seguinte foi a que encontrou maior visibilidade na época, repercutindo local e nacionalmente, inclusive, como já informamos, tendo ampla discussão na historiografia: o presidente José Bento autorizara a atuação de escravos africanos como curadores durante o cólera (FONSECA, 1856, s/p.). A celeuma fora causada pela ação de curandeiros escravizados, que afirmavam terem descoberto remédios para o cólera, logo conseguindo a aceitação de negros (cativos e livres) e de uma parcela de brancos, entre os quais se incluíam figurões locais e sacerdotes. O presidente Cunha Figueiredo autorizou um deles, conhecido como Pai Manoel, a tratar coléricos no hospital da Marinha de Recife (DINIZ, 2003, p. 364).

Carregando preconceitos e ofendido pela afronta aos médicos, Aquino Fonseca

---

<sup>16</sup> Desenvolvida por Samuel Hahnemann (1755-1833), médico alemão, a homeopatia foi uma doutrina de rejeição à medicina convencional, ou alopatia, do século XIX. Hahnemann, ao rejeitar a polifarmacologia dispendiosa da medicina ortodoxa, “estava imbuído de uma confiança iluminista na bondade da natureza” (PORTER, 2004, p. 66). Sua lei basilar era *similia similibus curantur* (que o semelhante seja curado pelo semelhante), uma contraposição ao princípio alopatia de tratamento por opostos. Para os homeopatas, portanto, a chave para curar uma moléstia estava no uso de substâncias capazes de incitar sintomas similares em um corpo sadio. A lei da similaridade era complementada pelo princípio dos *infinitesimais*, defensor de que quanto menor fosse a dose de um remédio, mais eficaz seria sua ação (PORTER, 2004, p. 67). A medicina acadêmica brasileira – congregada, principalmente, nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Salvador e na Academia Imperial de Medicina – elegeu os homeopatas, junto com os tradicionais curandeiros, como os principais alvos de ataques em seu processo de institucionalização, o que explica a aversão de Aquino da Fonseca aos que aplicavam os “glóbulos” em Pernambuco. A disputa entre homeopatas e alopatas foi constante. Os médicos alopatas eram adeptos do uso de medicamentos fortes, como purgantes e vomitórios, e técnicas incisivas e violentas, como as sangrias. De acordo com Tânia Salgado Pimenta, deixando de lado a discussão sobre a maior eficiência de um ou de outro sistema frente às epidemias, “a homeopatia aproximava-se mais das concepções de doença e cura populares, incluindo as africanas, ao considerar elementos não físicos em sua anamnese, diagnóstico e terapêutica” (PIMENTA, 2003, p. 236), o que ajuda a entender por que tantos doentes tinham ojeriza à alopatia.

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

ridicularizava a crença de um “preto” poder “conhecer remédios apropriados ao tratamento da doença pois “se o cólera fosse conhecido na costa da Guiné e aqui houvesse preto que soubesse curar, na Bahia, foco de pretos da Costa d’África, não teria deixado de aparecer alguém que o conhecesse e soubesse curá-lo” (FONSECA, 1856, s/p.).

A Comissão de Higiene pública sentiu-se ultrajada pela autorização dada ao curandeiro para tratar doentes no Hospital da Marinha, pondo em xeque o saber médico oficial em nome da suposta descoberta do remédio por um escravizado. Para além disto, o que mais frustrou Aquino Fonseca foi perceber como pessoas abastadas e autoridades públicas apoiaram “um preto da Costa d’África”, criando clima de hostilidade aos detentores do saber de cura oficial, e mesmo de medo, ante a pressão popular alimentada pela conjuntura tensa da epidemia:

Um sacerdote, lente do Ginásio, na Igreja de Sta. Cruz contra eles [os médicos] pregava ao púlpito, dizendo só os que morriam eram os pretos e pardos, e que, como o preto do sogro do Dr. Gonçalves da Silva os curava, os médicos queriam matá-lo; a população insuflada, exaltava-se, e os pretos cativos se tornavam insolentes, os desordeiros, à espera da ocasião favorável formavam grupos que, percorriam as ruas, vociferando contra os médicos e boticários que se viam expostos a ditos insultosos; jornais procuravam dar força à exultação popular; entretanto que fazia a autoridade policial? Nada: permitia os grupos que se preparavam para dar assalto às boticas, e fazia acompanhar o preto por ordenanças do Corpo de Polícia, o que animava a população; e os membros da Comissão recebiam avisos de pessoas fidedignas, que se preparava uma sublevação, em que os médicos seriam as vítimas, vindo-me apontado em primeiro lugar (FONSECA, 1856, s/p.).

As denúncias de Aquino Fonseca contra o presidente prosseguiram, afirmando que a Comissão de Higiene muniu o governo com diversas orientações preventivas contra o cólera, logo após a confirmação dos casos no Pará, primeira província brasileira atingida pela doença. As orientações da comissão envolviam a organização de visitas médicas domiciliares, criação de hospitais para tratamento de doentes pobres e estocagem de medicamentos e gêneros alimentícios. Apesar das orientações, “todas as providencias [do presidente] não passavam de palavras escritas”. Além do mais, o presidente confundia à população quanto a questão dos tratamentos indicados pelos médicos, pois

S. Ex<sup>a</sup>., mandava espalhar as prescrições higiênicas e terapêuticas que a comissão havia publicado, enviava para todas [localidades], que pediam carteiras homeopáticas; de sorte que a confusão reinava, e ainda reina por toda a parte acerca do tratamento, e na incerteza a população ia e vai morrendo (FONSECA, 1856, s/p.).

A vigésima terceira acusação voltava ao assunto dos negros autorizados a tratar doentes. Segundo “Goela de Prata”, não

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

satisfeito S. Ex<sup>a</sup>. com permitir que o escravo do sogro do Dr. Gonçalves da Silva infringisse a lei de 13 de outubro de 1832 e o Regulamento de 29 de setembro de 1851, mandando que ele tratasse doentes na Enfermaria de Marinha, dirigiu-se ao proprietário do Engenho Guararapes, pedindo-lhe que conviesse em que seu escravo viesse a essa cidade para em um dos hospitais mostrar praticamente a virtude de seu remédio, esperando de seu patriotismo que satisfizesse prontamente ao seu pedido [...]. De sorte que não bastava que aquele preto fosse elevado à categoria de médico sem ter título, e pudesse fazer aquilo que a lei e o regulamento [...] mandam punir: era preciso que a infração se repetisse e que mais esse preto, autorizado por sua excelência, infringisse essa lei e regulamento; o que prova que isso se repetirá todas as vezes que chegar ao conhecimento de S. Ex<sup>a</sup>. que novos charlatães e impostores estão operando curas, embora estas não sejam reais como não são as apontadas (FONSECA, 1856, s/p.).

A última denúncia, retomava questões anteriores e reforçava a ideia de ter José Bento agido conscientemente com o intuito de humilhar a Comissão de Higiene, na pessoa do presidente dela. Em tom de lamento, o médico narrava seus sofrimentos físicos. Afirmava que já há algum tempo desejava afastar-se provisoriamente das funções públicas para tratar da saúde na Europa. Todavia, a chegada do cólera ao Pará o impediu de levar a cabo a licença. Os trabalhos redobram por conta da crise sanitária e do adoecimento do secretário da Comissão:

Isto por tal modo agravou os meus sofrimentos intestinais, que, quando esta Província começou a ser invadida pela epidemia, já me achava muito emagrecido, nada podia digerir com facilidade, e em insônias passava algumas horas da noite, todavia, não querendo furtar-me ao trabalho, sobretudo quando a Província precisava de meus serviços, continuava em exercício. Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos, e tão adoentado e enfraquecido me achava, que vocalmente pedi a S. Ex<sup>a</sup>. alguns dias antes que visse pessoa, que pudesse substituir-me, enquanto eu cuidava de minha saúde, porquanto reconhecia que não me era possível continuar em exercício, e eu não queria surpreendê-lo (FONSECA, 1856, s/p.).

Apesar do apelo, o presidente parecia ignorar a situação de Aquino Fonseca, dele exigindo cada vez mais trabalho. Na opinião deste, a atitude de José Bento escondia um propósito: “procurava todos os meios de desgostar-me, o que me fazia crer que era sua intenção constranger-me a retirar-me”, ou seja, pedir demissão. A gota d’água dos suplícios de Aquino Fonseca era que José Bento ainda enviava doentes da enfermaria da Marinha “ao preto de que acima falei para que os tratasse, o que não era senão a permissão” de infração que a Comissão era obrigada a combater: “As forças do organismo não se mantem à vontade de cada um: este último golpe, ferindo-me como presidente da Comissão, cuja força moral me cumpre manter, e como médico, cuja dignidade devo fazer respeitar, forçou-me a dar parte de doente” (FONSECA, 1856, s/p.).

A missiva termina com Aquino Fonseca afirmando estar doente e temendo ser agredido pela “população exaltada com insuflações de pessoas interessadas ou mal intencionadas” (FONSECA,

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

1856, s/p.). Daí à razão para se dirigir ao Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, pedindo licença do cargo: “Hoje[,] porém[,] acho-me física e moralmente doente; todavia, sendo precisos meus serviços na atualidade, voltarei ao meu lugar logo que os ânimos se [a]calmem” (FONSECA, 1856, s/p.).

Em ação nitidamente articulada, os dois outros médicos da Comissão de Higiene Pública, João Pereira da Silva e Alexandre de Sousa Pereira do Carmo, seguiram os passos de Aquino Fonseca: alegaram doença e pediram licença das funções (ANDRADE, 1986, p. 73). Estava mais que escancaradas as desavenças entre os médicos e o presidente provincial.

### **À guisa de conclusão**

Após mais de cinquenta páginas com graves acusações ao presidente Cunha Figueiredo, o médico Joaquim de Aquino Fonseca talvez esperasse punições severas ao seu algoz. Era notório, segundo seu relato, ter o presidente da província infringindo gravemente várias leis durante uma crise sanitária que matara mais de trinta e sete mil pessoas em Pernambuco.

Não por acaso, o documento tocava em algumas das principais bandeiras da “medicina social” (FOUCAULT, 2005, p. 87-88), defendidas pelos médicos do período: a observância de critérios ambientais e científicos na escolha dos locais para construção de obras públicas (como o lazareto do Pina, o hospital do regimento, e as coxias da companhia de cavalaria); o favorecimento da circulação de água e esgotos (caso da casa de detenção e do hospital regimental, além da preocupação com o abastecimento de Olinda, via dique do Beberibe, e com o pântano onde fora instalada as coxias); a realização de quarentenas como meio de evitar epidemias (que gerou crises envolvendo a pressão pela liberação de embarcações e figurões do isolamento obrigatório); e o medo dos “miasmas”, emanações atmosféricas causadas por matérias podres ou por exposição indevida à umidade, calor e outras condições climáticas tidas como deletérias (visível na preocupação de Aquino Fonseca com o fedor a emanar do caixão da filha de um desembargador, na preocupação com as marchas militares nos dias de festas e na proximidade do lazareto do Pina com áreas movimentadas e populosas da cidade).

A carta-relatório de Aquino Fonseca dava, ainda, destaque a algo que incomodava sobremaneira aos médicos brasileiros do período: o combate ao exercício ilegal da medicina. Assim, o presidente da Comissão de Higiene bradou contra farmácias irregulares, charlatões que difundiam a homeopatia ou atuavam em hospitais oficiais (caso de Manuel Borges de Mendonça, no Hospital dos Lázaros) e parteiras que atuavam em Pernambuco. Não por acaso, foi, claramente, a atuação de escravos curandeiros durante a epidemia do cólera, atuando sob proteção do presidente da província, o que mais pesou para o pedido de licença coletivo da Comissão de Higiene.

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

Além das questões elencadas, Joaquim de Aquino da Fonseca ainda parecia preocupado com o bom uso do dinheiro público, dando a entender ser algumas das escolhas do presidente da província responsável por aumento considerável de gastos. O prejuízo decorreria das escolhas não técnicas do presidente ou por tentativas de favorecimentos privados.

Diante da missiva tão explosiva que recebera, o ministro Luís Pedreira do Couto Ferraz se manifestou em carta, datada de 8 de março de 1856, enviada a José Bento da Cunha Figueiredo. Na condição de Ministro do Império, parecia descrer das notícias chegadas ao Rio de Janeiro a respeito dos atos da presidência de Pernambuco durante a crise sanitária. O ministro afirmava: “Saiba, pois, Vossa Excelência, que é acusado aqui geralmente de ter nesta quadra praticados atos, que a serem reais, seriam injustificáveis”. A mais grave acusação ouvida por Couto Ferraz era a de ter dado “licença a qualquer [um] para curar, sem ter para isso as habilitações legais”. Destacava, especialmente: “aponta-se que com certeza Vossa Excelência autorizou, ou tolerava que um preto da Costa se apresentasse como curador de cólera, e impunemente tenha andado por lá medicando”. O ministro dizia supor serem as informações inexatas. Porém, se confirmadas: “qual for o motivo que Vossa Excelência tenha tido para assim obrar, seu ato é insustentável”. “Aguardo ansioso suas explicações”, concluía a carta (FERRAZ, 1856, s/p.).

Não sabemos qual foi a resposta de José Bento a Couto Ferraz. Cobrado por explicações pelas autoridades da Academia Imperial de Medicina, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo afirmou que a autorização dada a curandeiros se justificava, justamente, por ser um meio de evitar distúrbios populares, pois era forte a aceitação deles na localidade. Desta forma, não haveria como coibir suas práticas (DINIZ, 2003, p. 358.). O argumento do presidente fazia sentido, em parte. A medicina oficial não contava com muita popularidade no período, aliás estava longe de determinar o que causava o cólera e qual as melhores formas de tratamento. Ante a incapacidade dos médicos em estancar a mortalidade pelo surto, as pessoas achavam que os preceitos curativos do curandeiro eram mais efetivos, inclusive por se aproximar das concepções populares de cura, com uso de ervas e práticas reconhecidas (DINIZ, 2003, p. 358).

O acúmulo de desgastes a se acumular sobre o presidente José Bento entre 1855 e 1856, especialmente por conta dos casos de Sirinhaém e do cólera, devem ter pesado: em fins de maio de 1856, terminava seu governo em Pernambuco, iniciado em 1853. É provável que Joaquim de Aquino Fonseca tenha comemorado a queda do desafeto, a quem a carta objeto deste artigo tanto detratou. Talvez a notícia tenha até aliviado, momentaneamente, os problemas intestinais que tanto afligiam o ex-presidente da Comissão de Higiene Pública.

Todavia, a sensação de vitória pode ter durado pouco. Em 2 de dezembro de 1858, em comemoração ao aniversário de Dom Pedro II, o governo imperial fez farta distribuição de graças

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

honoríficas em “remuneração dos serviços prestados por ocasião da epidemia do cólera morbo, nos anos de 1855 e 1856” (*Jornal do Commercio*, n. 331, suplemento, 2 dez. 1858, p. 1). O número de honrarias era espantoso: 837 insígnias da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo foram distribuídas (ALEXANDRE, 2020, p. 231). Entre os laureados com a primeira ordem, havia quantidade expressiva de médicos: 201 (PEDROSA, 1984, p. 147). Na longa lista de facultativos premiados pelas ações na quadra epidêmica não havia o nome de Joaquim de Aquino Fonseca. Todavia, no rol das pessoas agraciadas, estava um nome conhecido: José Bento da Cunha Figueiredo. O inimigo de Joaquim de Aquino fora promovido de Comendador para Dignitários da Rosa, o segundo maior grau da ordem (*Jornal do Commercio*, n. 331, suplemento, 2 dez. 1858, p. 1). É provável que, ao ler os jornais com a repercussão dos beneplácitos imperais, o “Goela de Prata” tenha sentido uma leve pontada no estômago, pois seu inimigo fora galardoado apesar dos malfeitos.

## Fontes

### Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

FERRAZ, Luís Pedreira do Couto. Carta de Luís Pedreira do Couto Ferraz a José Bento da Cunha Figueiredo. Rio de Janeiro, 8 mar. 1856. Doc. 33. Fundo Visconde do Bom Conselho.

FONSECA, Joaquim de Aquino. Carta do Dr. Joaquim d’Aquino Fonseca ao Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira de Couto Ferraz. Recife, 23 fev. 1856. Notação IS4-25. Fundo Saúde Pública.

### Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

*Diário de Pernambuco* (Recife).

*Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro).

### Instituto Arqueológico, histórico e Geográfico de Pernambuco

ALEXANDRE, Juciello Ferreira. *A peste serve a qual partido?: disputas políticas e epidemia do cólera* (Ceará, 1862-1863). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. Carta de José Tomás Nabuco de Araújo ao Visconde de Camaragibe, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1856. Caixa 1. Fundo Visconde de Camaragibe.

CAMPOS, Pinto de Campos. Carta do Padre Pinto de Campos ao Visconde de Camaragibe, Rio de Janeiro, 5 jun. 1854. Caixa 1. Fundo Visconde de Camaragibe.

CAMPOS, Pinto de Campos. Carta de Joaquim Pinto de Campos ao Visconde de Camaragibe, Rio de Janeiro. 10 ago. 1856. Caixa 1. Fundo Visconde de Camaragibe.

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

CAMPOS, Pinto de Campos. Carta de José Bento da Cunha Figueiredo ao Visconde de Camaragibe, Rio de Janeiro, 13 set. 1856. Caixa 1. Fundo Visconde de Camaragibe.

### Relatórios dos Presidentes de Província

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Relatório que à Assembleia legislativa provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1856 o Exm. Sr. conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo presidente da mesma província*. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1856. Disponível no site: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=24&s=0&cv=132&r=0&xywh=65%2C1085%2C1460%2C1030>. Acesso a 27 abr. 2021.

### Bibliografia

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. *Câmara dos Senhores Deputados*. Segundo Anno da Nona Legislatura. Sessão de 1854. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto, 1876.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina de Pernambuco*. 2ª ed. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1986.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BARBOSA, Plácido; REZENDE, Cássio Barbosa de. *Os serviços de saúde pública no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro de 1808 a 1907: esboço histórico e legislação*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1909, p. 64. Disponível no site: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=243>. Acesso a 20 ago. 2021.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

CAMPELLO, Netto. *História Parlamentar de Pernambuco*. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CADENA, Paulo Henrique Fontes. A política como “arte de matar a vergonha”: o desembarque de Sirinhaém em 1855 e os últimos anos do tráfico para o Brasil. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 651-677, set/dez. 2019 Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v20n42/2237-101X-topoi-20-42-651.pdf>. Acesso a 28 nov. 2019.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das famílias*. 6ª ed. Paris, Editores A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In. CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p.331-385.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- FARIAS, Rosilene Gomes. *O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org's.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil*. Campinas / SP: Ed. da Unicamp, 2003, p. 101-122.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. 21ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.
- JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 19, supl., p. 59-79, dez. 2012. Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/05.pdf>. Acesso a 15 ago. 2018.
- LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, II (3). Nov.1995 - Fev. 1996.
- MARTINS, Henrique. *Lista Geral dos Bachareis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no anno de 1828, até o anno de 1931*. Recife: Typographia Diário da Manhã, 1931.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Os curandeiros e a ofensiva médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. N. 19, p. 95-110, Recife, 2001.
- PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. A cólera-morbo e a Ordem da Rosa. *Anais do Congresso de História do 2º Reinado (1975)* - Comissão de História Política e Administrativa. Vol. 2. Rio de Janeiro: IGHB, 1984, p. 143-168.
- PIMENTA, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Record, 2004.
- REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

**ALEXANDRE, Juciello Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. “Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos”: as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856).**

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.